

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 6.128

INSTITUI A CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o Prefeito Municipal CARLOS NELSON BUENO sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Mogi Mirim, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Art. 2º A pessoa diagnosticada com Transtorno de Espectro Autista (TEA) é legalmente considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos, com direito à assistência social.

Art. 3º A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, bem como dos demais documentos de identificação exigidos pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) terá validade de 05 (cinco) anos, devendo ser revalidada com o mesmo número de identificação.

Art. 4º O documento de identificação de que se trata o *caput* do art. 1º será expedido por órgão municipal a ser definido em Decreto regulamentar pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Verificada a regularidade da documentação recebida, o órgão responsável pela expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município de Mogi Mirim que descumprirem o disposto na Lei Municipal 6.013/2018, que trata sobre o atendimento preferencial em estabelecimentos públicos e privados para pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, e a inserção do símbolo internacional da conscientização do TEA, conforme Anexo I da presente Lei, sofrerão as sanções e penalidades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação da presente Lei.

and a



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a Presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua

Prefeitura de Mogi Mirim, 26 de setembro de 2 019.

CARLOS NELSON BUENO

Prefeito Municipal

REGINA CÉLÍA S. BIGHETI Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 99/2019

Autoria: Vereador Orivaldo Ap. Magalhães

Gabinete do Prefeito A(0) foei 6128

FOI PUBLICADA(O) em 28 109 1

NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICIPIO (JORNAL Q icial

2



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ANEXO I







ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

ERRATA À LEI MUNICIPAL Nº 6.128/2019

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, dispõe:

Na Lei Municipal nº 6.128, de 26 de setembro de 2019, onde se lê: "Projeto de Lei nº 99/2019"; leia-se: "Projeto de Lei nº 55/2019".

Prefeitura de Mogi Mirim, 30 de setembro de 2 019.

CARLOS NELSON BUENO

Prefeito Municipal

REGINA CÉLIA S. BIGHETI Coordenadora de Secretaria

Gabinete do Prefeito

A(O) Ennata

FOI PUBLICADA(O) em 02/09/

NO ÓRGÃO OFIGIAL DO MUNÍCIPIO

(JORNAL